



20 DE NOVEMBRO DE 2006

TRABALHO DECENTE E DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL

APRESENTAÇÃO

Trabalho decente significa a possibilidade de uma vida digna.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalho decente é qualquer ocupação produtiva, adequadamente remunerada, exercida em condições de liberdade, equidade e segurança. Um trabalho que garanta uma remuneração suficiente para homens e mulheres adultos, para que as famílias não tenham que recorrer ao trabalho infantil para garantir níveis mínimos de subsistência. Um trabalho que garanta proteção social nos impedimentos ao exercício do trabalho (desemprego, doença, acidentes, entre outros), assegure renda ao chegar à época da aposentadoria, no qual os direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras sejam respeitados. Trabalho decente é também um trabalho livre de qualquer forma de discriminação.

A promoção do trabalho decente é uma dimensão fundamental dos esforços para a superação da pobreza e da desigualdade social e para a garantia da governabilidade democrática. Nesse sentido, o trabalho decente é também um objetivo político.

O compromisso com a promoção do trabalho decente vem assumindo uma importância crescente na agenda política nacional, regional e internacional nos últimos anos. Uma série de conferências internacionais de alto nível, tais como a Assembléia Geral da ONU (Nova York, setembro de 2005), a IV Cúpula das Américas (novembro de 2005, Mar del Plata), afirmaram a necessidade de implementar políticas ativas que gerem emprego de qualidade e trabalho decente como um aspecto central das estratégias de desenvolvimento dos países e do esforço de superação da pobreza, incluindo aquele expresso nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A XVI Reunião Regional Americana da OIT, realizada em maio de 2006 em Brasília, com a presença de delegações tripartites de 23 países aprovou uma Agenda Hemisférica para a promoção do Trabalho Decente e decidiu inaugurar uma Década de Promoção do Trabalho Decente, que deverá ser norteadas por essa Agenda. As resoluções da Reunião Regional Americana destacam a importância de alcançar um crescimento econômico que promova o trabalho decente e de

incrementar a inclusão social e no trabalho para reduzir as desigualdades sociais e combater a discriminação. Na mesma ocasião, foi apresentada pelo Ministro do Trabalho Luis Marinho uma Agenda Nacional de Trabalho Decente, elaborada com o apoio da OIT.

A eliminação de todas as formas de discriminação e a promoção da igualdade de gênero e raça são dimensões fundamentais da Agenda Hemisférica e da Agenda Nacional de Trabalho Decente.

No Brasil, as desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes dos padrões de desigualdade social e dizem respeito às grandes majorias da sociedade brasileira.





Por isso, é importante conhecer não somente a dimensão, mas como tem sido a evolução da desigualdade racial no país e no mercado de trabalho, em especial. O emprego, ao lado do acesso aos serviços e equipamentos sociais básicos, é um dos determinantes fundamentais da pobreza (pelo desemprego, emprego precário) e um fator decisivo para a sua superação.

Sem avanços efetivos na promoção da equidade de gênero e raça será impossível reduzir significativamente os déficits de trabalho decente hoje existentes no país. Assim, avançar na superação desses déficits pressupõe avançar também – e ao mesmo tempo – na superação das desigualdades de gênero e raça.

Este trabalho utiliza o conceito de trabalho decente como parâmetro para investigar o comportamento da desigualdade racial no Brasil no período 1992 a 2005, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE.

Isso será feito através da utilização de um grupo sintético de indicadores que cobre algumas das dimensões importantes do trabalho decente e da Agenda Nacional do Trabalho Decente. São elas:

EMPREGO: oportunidades e qualidade do emprego, remuneração insuficiente ou inadequada.

SEGURANÇA E PROTEÇÃO SOCIAL: acesso à previdência social.

DIREITOS DO TRABALHO: incidência do trabalho infantil.

IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA: oportunidade e qualidade do emprego e diferencial de remuneração.

EMPREGO

a) Taxa de Atividade

A taxa de atividade (ou taxa de participação) representa quanto da população em idade ativa (acima de 10 anos) está no mercado de trabalho, como empregada ou desempregada.

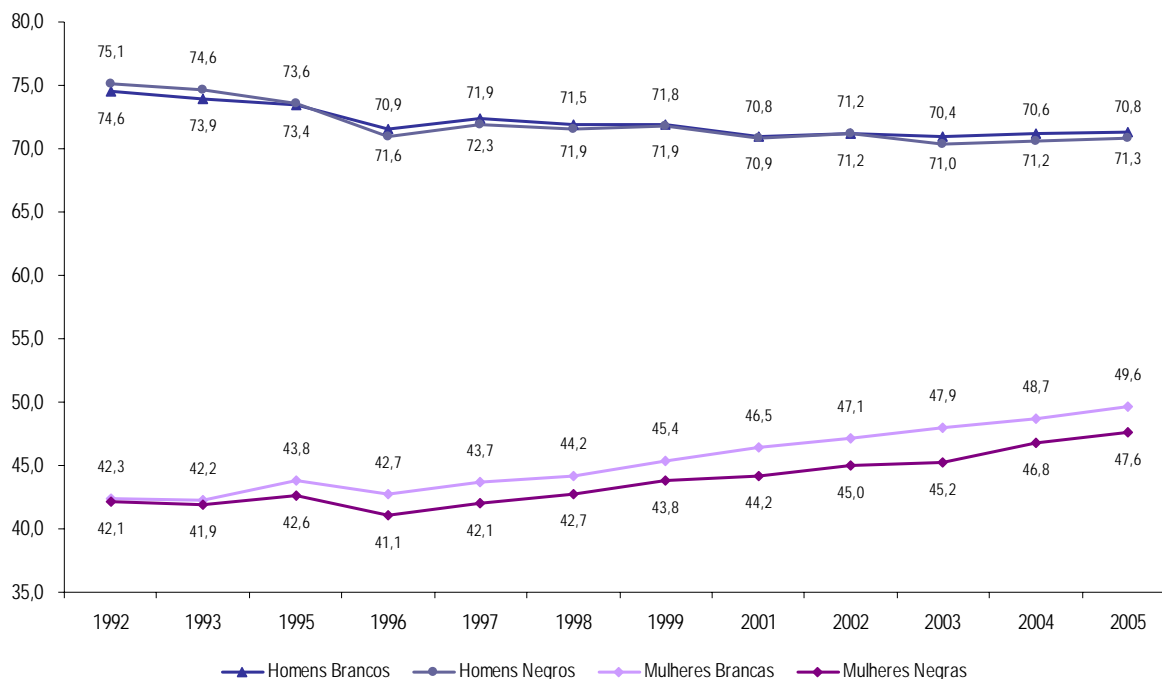
PRINCIPAIS PONTOS:

- A participação dos homens mantém-se maior do que a participação das mulheres, independente da cor/raça.
- A participação das mulheres brancas e negras vem crescendo significativamente. No período, a taxa de atividade das mulheres brancas cresceu 17,15% e das mulheres negras 13,15%.
- A taxa de atividade de homens brancos e negros é praticamente a mesma e apresenta comportamento de queda semelhante: caiu 5,81%, para os negros, e 4,33%, para os brancos.



Gráfico 1
Taxa de atividade, segundo sexo e cor/raça
Brasil 1992-2005

(em %)



Fonte: IBGE. PNAD
Elaboração: OIT

b) Taxa de Ocupação

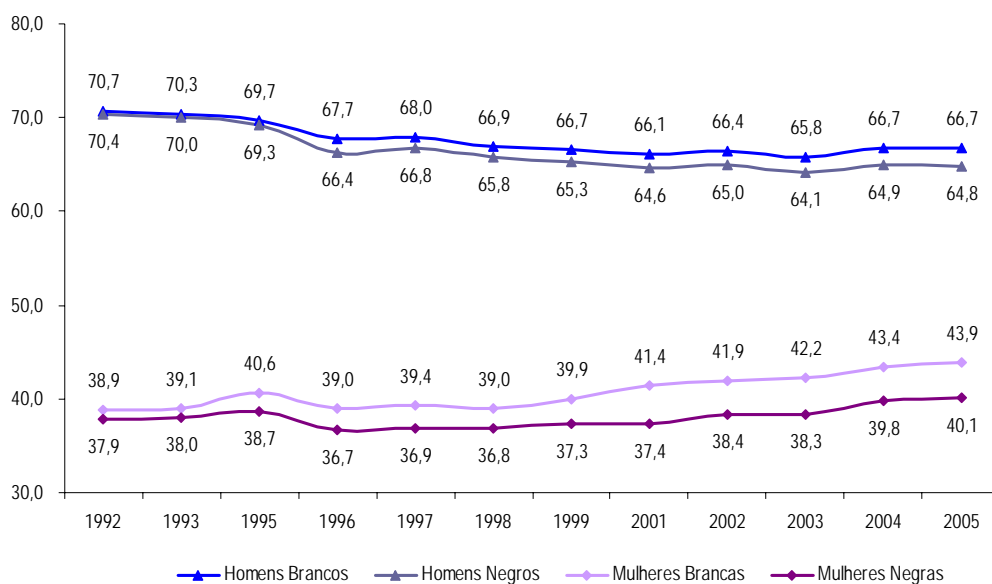
A taxa de ocupação apresenta a proporção de pessoas que estão trabalhando sobre o total dos que estão no mercado de trabalho.

PRINCIPAIS PONTOS:

- Os homens brancos e negros apresentam taxas de ocupação superiores às das mulheres, porém com declínio ao longo dos anos.
- Os homens negros tiveram queda de 8,0% e os brancos, de 5,7%, no período.
- A ocupação das mulheres apresenta elevação consistente, com maior facilidade de colocação no mercado de trabalho para as mulheres brancas. Estas têm um crescimento de 13,1% no período, passando de 38,9% para 43,9%.
- As mulheres negras aumentaram sua taxa de ocupação em 5,9%, passando de 37,9% para 40,1%.

Gráfico 2
Taxa de ocupação, segundo sexo e cor/raça
Brasil 1992-2005

(em %)



Fonte: IBGE. PNAD

Elaboração: OIT

c) Taxa de Desemprego

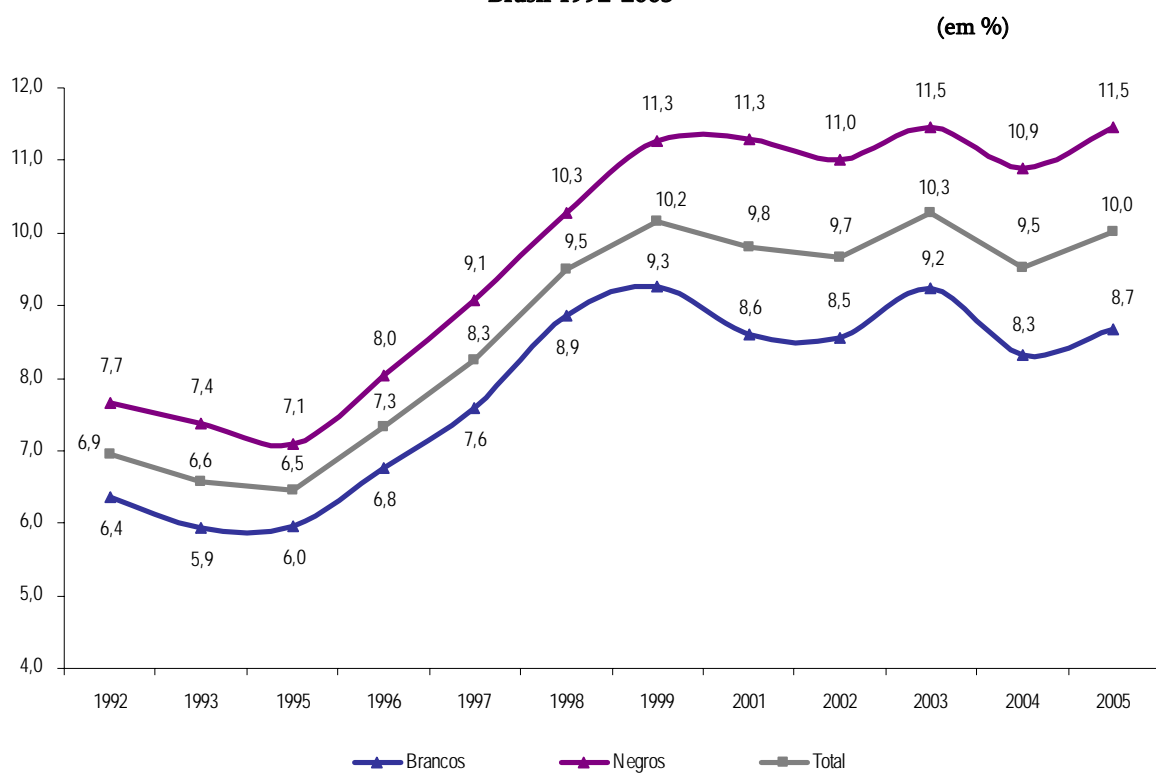
A taxa de desemprego indica o percentual de pessoas em busca de trabalho em relação ao total daqueles que estão no mercado de trabalho.

Apesar da taxa de desemprego ter crescido significativamente no período de análise, a ascensão do desemprego entre os negros superou a dos brancos.

PRINCIPAIS PONTOS:

- A taxa de desemprego total saiu de 6,9%, em 1992, para 10,0%, em 2005, - um crescimento de 44,2%.
- Para os negros, a taxa de desemprego, que já era maior que a dos brancos em 1992, saiu de 7,7% para 11,5% em 2005, um crescimento de 49,7%.
- Nesse mesmo período, o desemprego entre os brancos saiu de 6,4%, em 1992, para 8,7%, em 2005, - um aumento de 36,4%.

Gráfico 3
Taxa de desemprego, segundo cor/raça
Brasil 1992-2005



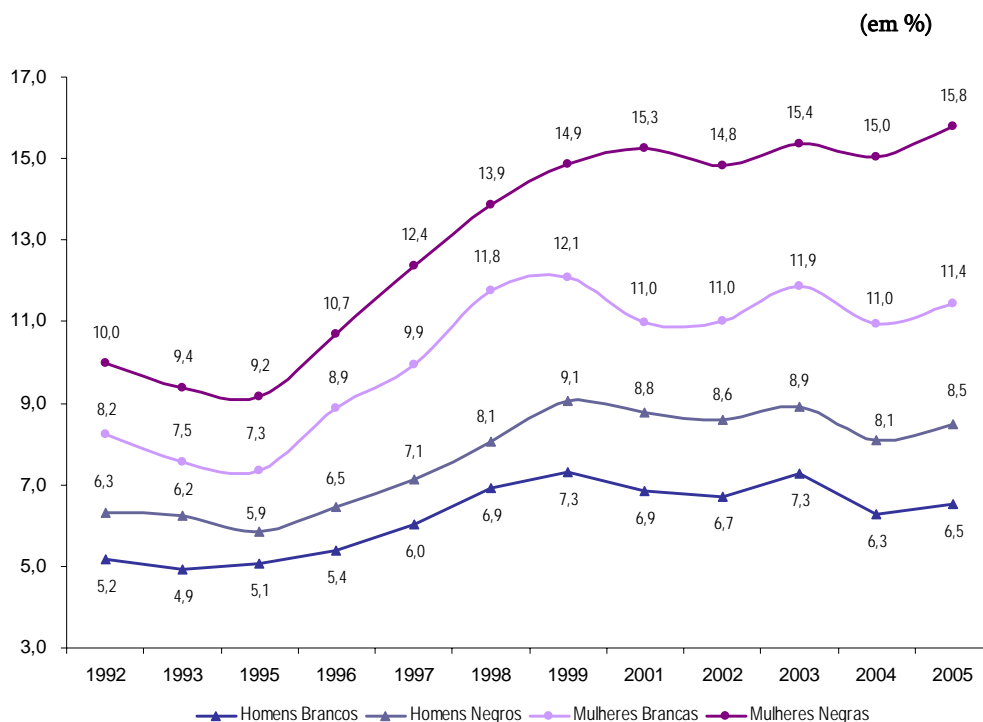
Fonte: IBGE. PNAD
 Elaboração: OIT

PRINCIPAIS PONTOS:

O Gráfico 4 mostra como o mercado de trabalho é mais desfavorável para a obtenção de emprego pelos negros.

- A taxa de desemprego entre as mulheres negras era de 10,0%, em 1992, e atinge 15,8%, em 2005, com um crescimento de 58,0%.
- Entre os homens negros, o desemprego atingia 6,3%, em 1992, e passa para 8,5%, em 2005, - acréscimo de 33,9%.
- No mesmo período, a taxa de desemprego dos homens brancos cresceu 25,8% e das mulheres brancas, 38,8%.

Gráfico 4
Taxa de desemprego, segundo sexo e cor/raça
Brasil 1992-2005



Fonte: IBGE. PNAD
 Elaboração: OIT

d) Rendimentos do Trabalho

Foi utilizada a mediana dos rendimentos do trabalho principal para verificar os efeitos da discriminação racial sobre a renda do trabalho. A mediana mostra até quanto ganham a metade (50%) dos que trabalham. Assim, mostra o teto da remuneração da metade mais pobre dos ocupados na sua principal atividade.

PRINCIPAIS PONTOS:

- Os rendimentos dos negros apresentam maior elevação no período: crescem 15,9% enquanto para os brancos o incremento é de 4,0%.
- A mediana dos rendimentos das mulheres negras mostra crescimento de 18,6% enquanto os homens negros tiveram seu rendimento mediano elevado em 25,2%.
- Para os homens brancos, a mediana subiu apenas 7,8% e para as mulheres brancas esta elevou-se em 13,0%.



- No entanto, os patamares de rendimentos permanecem bastante diferenciados: em 2005, a mediana das mulheres negras era de apenas 50% daquela dos homens brancos. No caso dos homens negros, estava em 63% e situava-se em 67% para as mulheres brancas.
- No período, há uma tendência de aproximação entre os rendimentos, com diminuição mais acentuada para os homens negros.

Tabela 1
Mediana dos rendimentos no trabalho principal, segundo sexo e cor/raça
Brasil 1992-2005

(em R\$ de setembro de 2004)

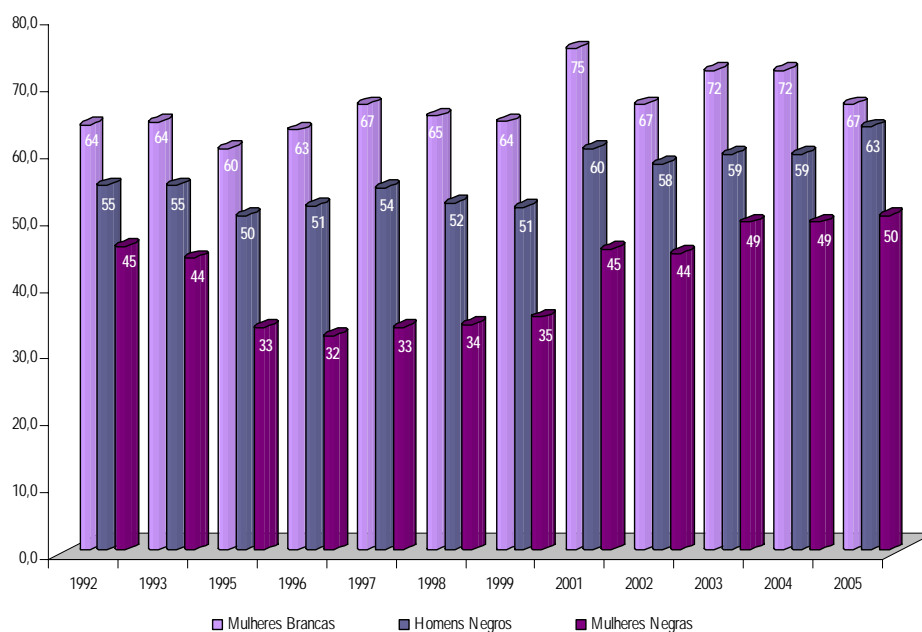
Sexo e cor/raça	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Branços	485	474	530	566	542	526	496	503	487	508	480	504
Negros	266	247	255	283	289	294	281	280	280	317	300	308
Homens Brancos	561	543	636	660	651	675	645	559	548	561	530	605
Homens Negros	306	296	318	340	352	350	331	335	317	332	314	383
Mulheres Brancas	357	348	382	415	434	438	413	419	365	402	380	403
Mulheres Negras	255	237	212	211	217	228	225	252	244	275	260	302
Total	367	370	420	423	434	438	413	411	365	402	380	403

Fonte: IBGE. PNAD

Elaboração: OIT

Gráfico 6
Mediana dos rendimentos no trabalho principal de mulheres brancas e negras e homens negros, em
proporção ao salário hora dos homens brancos
Brasil 1992-2005

(em %)



Fonte: IBGE. PNAD

Elaboração: OIT

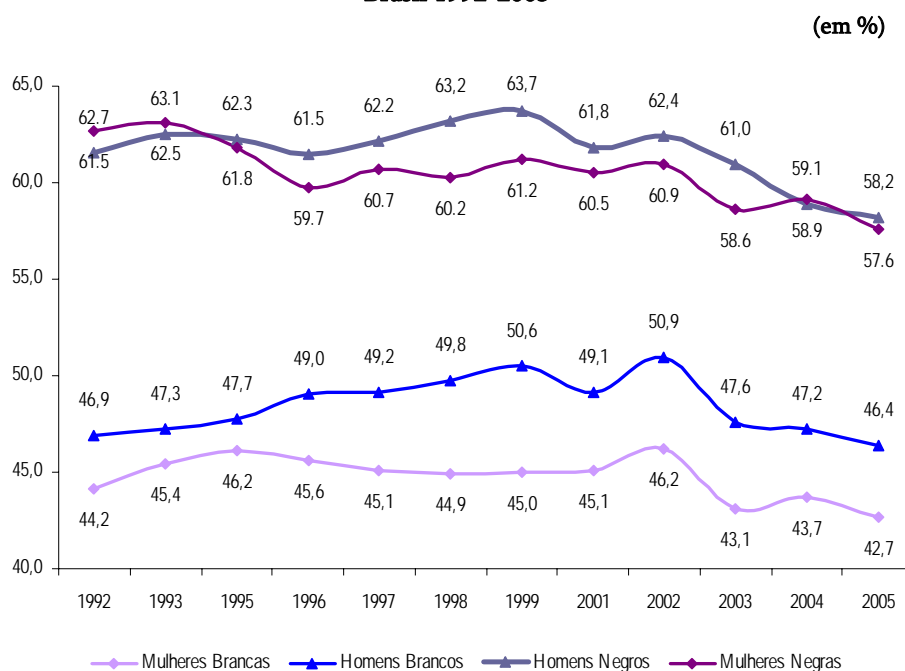
e) Taxa de informalidade

Considerou-se como trabalho informal: assalariados sem carteira assinada, empregadores sem contribuição, trabalhadores autônomos sem contribuição, trabalhadores familiares sem remuneração mais trabalho para o auto-consumo e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

PRINCIPAIS PONTOS:

- Apesar da queda da taxa de informalidade nos últimos anos, continua sendo muito superior para a população negra.
- A taxa de informalidade é semelhante para homens e mulheres negras: situava-se em torno de 58%, em 2005.
- Para os homens brancos, a informalidade é de 46,4% e, para as mulheres brancas, de 42,7%.
- Porém, a maior queda da taxa de informalidade no período é das mulheres negras, de 8,1%.
- Para os homens brancos, a informalidade manteve-se praticamente estável.

Gráfico 7
Taxa de informalidade, segundo sexo e cor/raça
Brasil 1992-2005



Fonte: IBGE. PNAD
Elaboração: OIT

SEGURANÇA E PROTEÇÃO SOCIAL

a) PREVIDÊNCIA SOCIAL

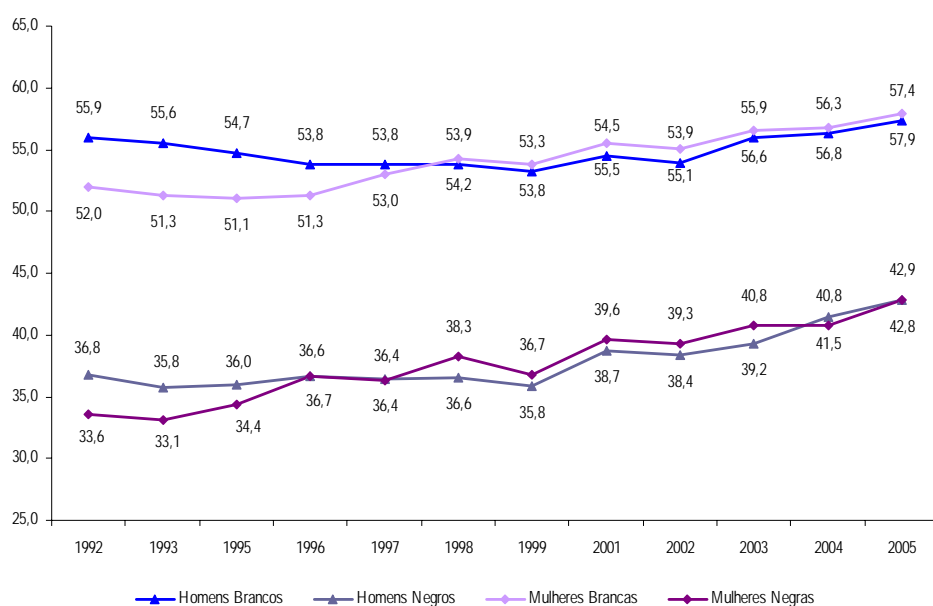
A taxa de contribuição à Previdência Social é a proporção das pessoas que contribuem em relação ao total de ocupados.

PRINCIPAIS PONTOS:

- A taxa de contribuição a previdência vem crescendo nos últimos anos, apesar de ainda ser baixa, especialmente entre os trabalhadores e trabalhadoras negros.
- Em 2005, a taxa de contribuição entre mulheres e homens negros era praticamente igual, em torno de 43%.
- Também é semelhante entre homens e mulheres brancas: 57,9% e 57,5%, respectivamente.
- Entre as mulheres negras, a taxa de contribuição a previdência cresceu 27,6% e entre os homens negro, 16,4%, de 1992 a 2005.
- No mesmo período, a contribuição de mulheres brancas cresceu 11,4% e dos homens brancos apenas 2,61%.

Gráfico 7
Contribuição à Previdência Social, segundo sexo e cor/raça ⁽¹⁾
Brasil 1992-2005

(em %)



Fonte: IBGE. PNAD



Elaboração: OIT

DIREITOS DO TRABALHO

a) TRABALHO INFANTIL

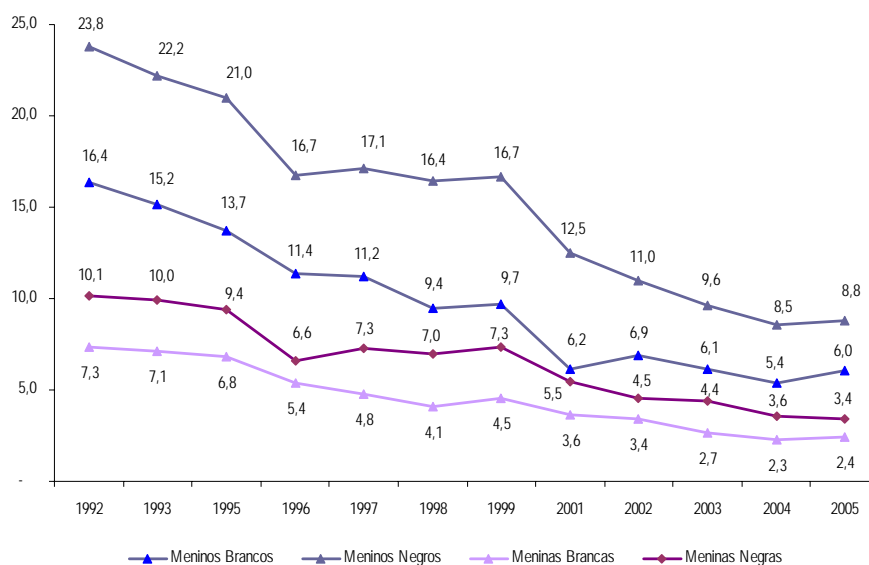
Os indicadores utilizados mostram a presença de crianças e adolescentes no mercado de trabalho para as faixas etárias de 10 a 13 anos (ou 14 anos incompletos) e de 14 anos completos e 15 anos. Na primeira faixa estão as crianças abaixo da idade permitida para o trabalho, inclusive como aprendizes, situação que a lei admite apenas para os jovens a partir de 14 anos completos. A idade legal para o trabalho no Brasil é de 16 anos.

PRINCIPAIS PONTOS:

Faixa etária de 10 a 13 anos

- A maior ocorrência permanece sendo entre os meninos negros, que saíram de 23,8%, em 1992, para 8,8%, em 2005.
- Apesar de estarem em menor proporção, a proporção de meninos brancos no trabalho infantil também mostrou queda semelhante a dos meninos negros, em torno de 63%.
- As meninas negras também estão mais presentes que as meninas brancas. Em 2005, havia 3,4% no mercado de trabalho, enquanto as meninas brancas eram 2,4%. No período, o trabalho infantil diminuiu 66,4% entre as meninas negras e 67,3% entre as meninas brancas.

Gráfico 8
Crianças de 10 a 13 anos no mercado de trabalho, segundo sexo e cor/raça
Brasil 1992-2005
(em %)



Fonte: IBGE. PNAD



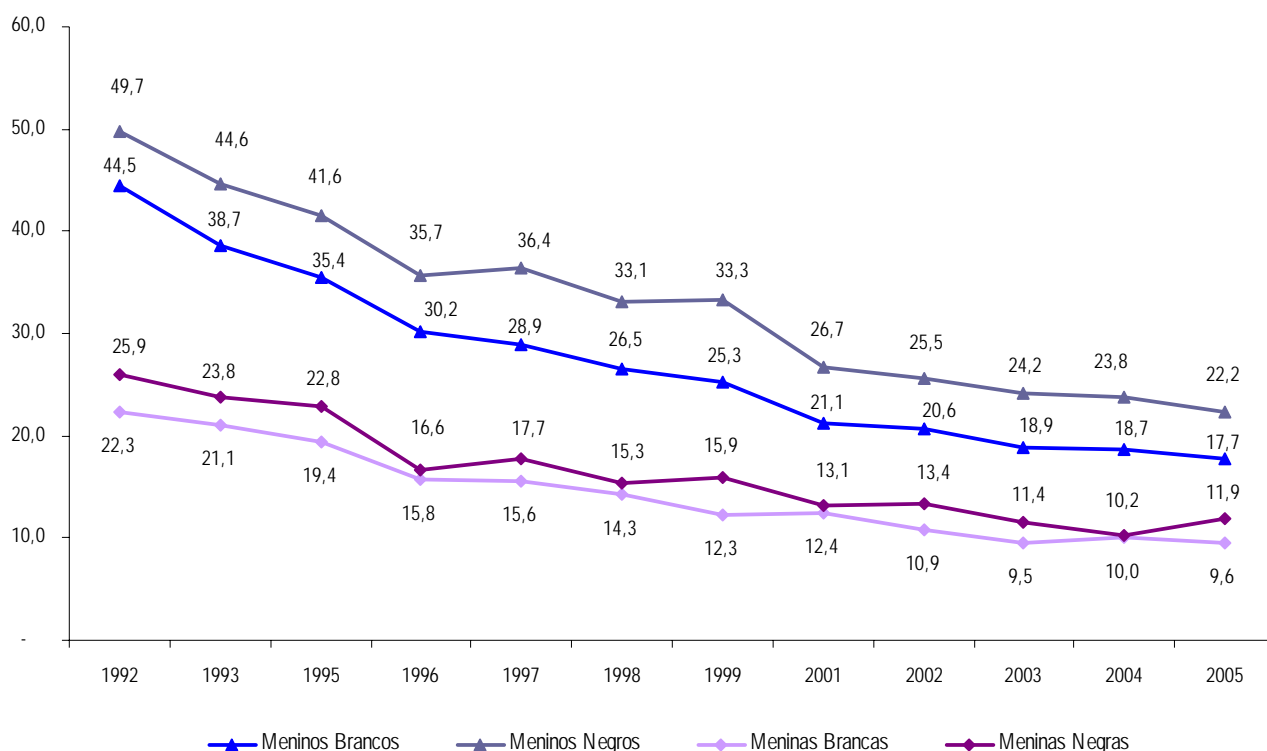
Elaboração: OIT

Faixa etária de 14 a 15 anos

- Nessa faixa, a presença de adolescentes no trabalho é muito maior do entre as crianças de 10 a 13 anos.
- A maior ocorrência de trabalho também se dá entre os meninos negros: são 22,2%, em 2005.
- Para os meninos negros, a diminuição foi de 55,3%, no período.
- Estão no mercado de trabalho 17,7% dos meninos brancos dessa faixa etária. Entre eles, a queda foi de 60,2%, superior à verificada para os meninos negros.
- Entre as meninas negras, 11,9% estavam no mercado de trabalho, em 2005. No período considerado, houve uma redução de 54,1%.
- Na comparação com o ano anterior, houve um ligeiro aumento na participação das meninas negras no mercado de trabalho, em 2005: de 10,2% para 11,9%.
- As meninas brancas, com menor participação, caíram de 22,4% para 9,6% (- 57,0%), também superior àquela verificada entre as meninas negras

Gráfico 9
Crianças de 14 e 15 anos no mercado de trabalho, segundo sexo e cor/raça
Brasil 1992-2005

(em %)





PRINCIPAIS CONCLUSÕES

SITUAÇÃO GERAL

- Os indicadores selecionados demonstram a persistência de maiores déficits de trabalho decente para a população negra no mercado de trabalho, representados por situações de trabalho e rendimentos mais desfavoráveis.
- Podem ser verificados alguns movimentos de diminuição da desigualdade, embora estes se dêem em aspectos específicos e não em todo o conjunto.
- A situação das mulheres negras permanece a mais desigual, embora sejam elas também as que apresentem alguns dos maiores avanços.

COMPORTAMENTO DAS DESIGUALDADES

- As taxas de participação (ou de atividade) mostram peso maior em relação ao sexo do que à cor/raça. A tendência geral é de persistência da elevação da participação das mulheres brancas e negras, com ligeira vantagem para as mulheres brancas.
- Na ocupação, o mesmo cenário se repete. No entanto, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras para colocar-se no mercado de trabalho tendem a mostrar-se maiores, com menor crescimento relativo de sua taxa de ocupação quando comparada à das mulheres brancas.
- As taxas de desemprego da população negra, e especialmente das mulheres negras, mostram ampliação das diferenças. Este fato mostra que, em um momento de recuperação do mercado de trabalho, é necessário tomar em especial consideração o acesso aos postos de trabalho para este segmento da população brasileira.
- Os rendimentos medianos mostram recuperação mais acentuada para os homens negros e uma tendência geral de aproximação também do conjunto das mulheres em relação aos homens brancos. Neste caso, é importante lembrar o papel da recuperação do poder de compra do salário mínimo na mudança deste quadro, uma vez que a mediana dos situa-se bastante próxima ao seu valor especialmente para a população negra.
- A informalidade mostra diminuição para todos os grupos populacionais no mercado de trabalho, dada a expressiva geração de postos formais no período recente. Neste aspecto, é preciso acompanhar o comportamento do trabalho doméstico pelo peso que representa na ocupação feminina, em especial para as mulheres negras.
- Diminui a diferença na taxa de contribuição de negros e brancos à Previdência Social. Este fato guarda expressiva relação com a formalização do mercado de trabalho e pode ser apoiado por medidas de inclusão previdenciária daqueles que se encontram em atividades e postos informais.
- O trabalho infantil também apresenta maior peso do sexo de crianças e adolescentes, embora a inserção no trabalho de meninos e meninas negras mostre-se sempre mais intensa do que entre os meninos e meninas brancos.
- As expressivas reduções na presença no mercado de trabalho dos meninos demonstra a necessidade de aumentar também a ênfase dada ao combate ao trabalho entre as meninas,



especialmente ao trabalho infantil doméstico que atinge de forma mais acentuada as meninas negras.